



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

REFERÊNCIA: **Ata de Registro de Preços - Manutenção Predial do Interior**

REQUERENTE: JOSÉ LINDSTRON PACHECO – Pregoeiro da CPL.

ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº. 030/2020 – CPL/PGJ – MA.

OBJETIVO:

Análise acerca da proposta apresentada na Licitação relativa ao Pregão Eletrônico nº. 030/2020-CPL-PGJ-MA. Esta objetiva a **Contratação de ARP de Manutenção Predial Preventiva da Capital**, conforme consta no Processo Administrativo nº. 8699/2020 DIGIDOC.

DISCRIMINAÇÃO:

EMPRESA: FENIX CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA
CNPJ: 06.274.724/0001-00

1) HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- A empresa apresentou registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) comprovada através de certidão expedida pelo referido órgão, também apresentou Atestado (s) de Capacidade Técnica da mesma, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando haver executado serviços similares em quantidade e qualidade ao objeto da presente licitação conforme item 6.1 do Termo de Referência anexo ao Edital.
- A empresa apresentou habilitação técnica dos responsáveis técnicos conforme item 6.4 e 6.5 do termo de referência, anexo ao edital.
- Todos os responsáveis técnicos possuem vínculo trabalhista conforme regramento do item 6.2 do Termo de referência anexo ao edital.

2) ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA

- A planilha sintética apresenta todos os serviços com preços unitários considerados exequíveis conforme item 2.1.5 do termo de referência.
- Não existe preço unitário acima do valor orçado pela administração pública.

"2020 – O Ministério Público no fortalecimento do controle social".

Av. Carlos Cunha, S/N – Jaracaty – CEP: 65076-820 – São Luís/MA
Telefones: (98) 3219-1663 e-mail: coea@mpma.mp.br



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

3) PARECER

Conforme análise anterior o parecer desta Coordenação de Obras de Engenharia e Arquitetura – COEA é pela classificação da proposta da licitante em questão.

Essa é a nossa análise, e mais, sugerimos que sejam atendidas, as prescrições da Lei 8.666/93 para o julgamento da habilitação das empresas.

São Luís, 10 de setembro de 2020.

Raviilson Galvão Meireles
Analista Ministerial – Mat. 1069392
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA – PGJ

Eng.º Gilberto Duailibe Mouchrek
Coordenador
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA – PGJ